

# FUNDAMENTOS DE UMA EMERGENTE PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL<sup>1</sup>

Everaldo Batista da COSTA<sup>2</sup>

## Resumo

O processo universal de patrimonialização dos lugares – tornados singulares e irreplicáveis – no percurso de atividades como o turismo ou de ações relacionadas a intervenções em setores de cidades é o objeto deste artigo. O conceito *patrimonialização global* é apresentado enquanto generalização necessária ao entendimento da ressignificação dos lugares de memória e da natureza, por meio de uma leitura dialética do espaço geográfico e do fato urbano, este que ultrapassa o ângulo da morfologia ou do sítio delimitado e funcional. A formulação e a problematização daquele conceito é o principal objetivo analítico do estudo ora apresentado.

**Palavras-chave:** Patrimonialização Global. Intervenção territorial. Patrimônio.

## Abstract

### Principles for a rising *global heritagization*

The universal process of heritagization of places – made unique and inimitable – in the course of activities such as tourism or actions related to interventions in town areas is the object of this essay. The concept of *global heritagization* is presented as a generalization necessary to understand the reframing of memory and nature places, by means of a dialectic reading of the geographic space and of the urban fact, the latter of which surpasses the point of view of morphology or functional, limited site. The formulation and problematization of that concept is the main analytic aim of the paper we now present.

**Key words:** Global Heritagization. Territorial Intervention. Heritage.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta, originalmente, a contribuição teórico-metodológica da tese de doutorado do autor, defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – FFLCH-DG-USP, no ano de 2011.

<sup>2</sup> Professor doutor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília / GEA – UnB. Coordenador do Grupo de Estudos Cidades e Patrimonialização - GECIPA (Laboratório de Geoiconografias). Campus Universitário Darcy Ribeiro - ICC Norte - Subsolo - Módulo 23 - Brasília (DF). Contato: E-mail: everaldocosta@unb.br

## PREÂMBULO

Inicialmente, devemos considerar que o alcance de um estudo é restrito quando nos dedicamos tão somente à aplicação de teorias antigas. Faz-se premente a produção de teorias novas adequadas às condições (técnicas e culturais) do mundo do presente, interpretando as coisas passadas pelos seus novos significados.

Na trilha dessa premissa, apresentamos a *patrimonialização global* em diálogo com o que já denominamos *dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*, cuja qual versa sobre as contradições da projeção universal dos lugares de memória<sup>3</sup> ou da natureza destinados a novas atividades da economia urbana gerida pelo setor financeiro – mote da reestruturação capitalista global que é acompanhado, por exemplo, pela atividade turística.

Com o fim de tratar o processo de patrimonialização global como um conceito, torna-se mister considerar sete observações feitas por Lencioni (2008) sobre a construção de conceitos. A primeira observação da autora é a de que essa construção é um exercício do pensamento sobre o real; e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos.

Não há uma relação de estreita dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito acerca desse objeto; os objetos existem independentemente de um conceito existir sobre ele. A existência do real independe de pensarmos sobre ele; os fenômenos, os processos, os fatos, as coisas, tudo que é objeto do conhecimento coloca-se na esfera do pensamento sobre o real, afirma Lencioni (2008). O que tratamos por patrimonialização global existe independentemente de falarmos sobre ela, é um processo universal e a conceitualizaremos.

A segunda observação da geógrafa é a de que o conceito é uma representação dos objetos; é um agregado do real, com ele não podendo ser confundido. O conceito existe *a posteriori* dos objetos que representa. Os objetos do mundo independem do conceito para existir.

Os conceitos são, ao mesmo tempo, objetivos e subjetivos, o que se faz na terceira observação da autora. São objetivos pelo seu conteúdo, por estarem vinculados ao real. Quanto mais nos aproximamos do real, temos mais condições de formular um conceito. Porém, é uma realidade subjetiva por existir em nossa consciência.

A quarta observação é a de que não há identidade plena entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real. Para Lencioni (2008), qualquer conceito reflete os aspectos essenciais, as relações essenciais, a essência do objeto, do fenômeno ou do processo, mas não abarca toda a riqueza do real. Logo, a construção de um conceito exige um exercício, o entendimento do que é essencial para sua formulação e, nesse sentido, reflete um relativo grau de generalização. Diz a autora que o conceito é sempre uma simplificação do real e, ao mesmo tempo, sua generalização, dialeticamente.

Lencioni (2008) considera que, para se construir uma generalização, é imprescindível pesquisar uma grande quantidade de objetos, compará-los e, ainda, examinar os aspectos particulares e singulares que esses objetos apresentam. Esse é o ponto de partida de qualquer conceituação; quer dizer, verificar semelhanças, diferenças e peculiaridades do objeto na formulação do conceito. Uma década de estudos dedicados a cidades-patrimônio

<sup>3</sup> Pierre Nora entende os *lugares de memória* como artefatos da cultura ocidental. Segundo o autor, esses lugares são “construídos” como espaços de salvaguarda, instrumentos para a lembrança. O medo antecipado da perda caracteriza o presente e os lugares de memória seriam instrumentos de reparar o dano pelo que pode ser perdido ou pelo que já foi perdido.

no Brasil, a busca do conhecimento patrimonial sobre cidades antigas, modernas e internacionalizadas, junto ao aprofundamento teórico sobre o processo valorativo universal que rebate sobre tais lugares possibilitam-nos tratar da patrimonialização global como uma generalização.

A quinta observação se refere a que o conceito existe em movimento. De acordo com Lencioni (2008), o conceito se modifica, se altera e se renova; com o objetivo de mostrar que o conceito tem movimento e evolui, há autores que adotam mais o termo “noção” do que o próprio termo “conceito”, a fim de indicar sua fluidez. Um conceito construído numa determinada época pode se modificar, pois é um reflexo do real e do seu permanente *devenir*.

A sexta observação apontada pela autora é a de que o conceito se encontra, sempre, emnexo, em relação com outros conceitos, de forma que nenhum conceito é totalmente independente de outros, pois guardam estreita relação. Isso nos leva a relacionar a patrimonialização global e a dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial enquanto processos universais (ou noções) indissociáveis a serem interpretadas, geograficamente, em uma dialética do espaço; essa perspectiva representa um subsídio teórico-metodológico para uma nova leitura dos lugares ressignificados pelo Estado-mercado.

A sétima e última observação de Sandra Lencioni é a de que o conceito não existe sem uma definição. Logo, trataremos da patrimonialização global a partir da dialética – enquanto método – e da dialética espacial – enquanto elemento do *corpus* geográfico – para, assim, defini-la teoricamente e compreendê-la processualmente.

Se, como aponta Milton Santos, em Técnica, Espaço, Tempo, nas teses, de um modo geral, e em todos os níveis, em praticamente todos os centros e faculdades, o mundo é quase ignorado, torna-se relevante tratar do processo de patrimonialização global, que ressignifica os lugares de memória e da natureza, universalmente. Entendemos que a síntese desse processo reflete-se nas intervenções setorizadas que imprimem sua lógica no território (mediante a patrimonialização dos lugares, dos objetos e de tradições).

Discutir a patrimonialização global visa a subsidiar, teoricamente, a temática do ordenamento territorial promovido pela economia da era do capital financeiro, dos serviços, da lógica de atividades como o turismo, quando poucos grupos de pesquisa ou pesquisadores isolados [em institutos, em teses ou em dissertações] tratam do tema “patrimônio” no contexto de uma urbanização de novas dimensões. Os geógrafos agregam-se a arquitetos, a antropólogos e a historiadores, os quais sempre dominaram tal temática, alguns pouco propensos a interpretar o fenômeno da patrimonialização no espectro global-local; a lenta evolução da noção de patrimônio [de monumento à idéia de conjunto urbano] (CHOAY, 2006; COSTA, 2010) atesta tal assertiva.

Este artigo propõe, então, uma reflexão sobre o processo universal de patrimonialização dos lugares tornados singulares ou irreplicáveis em nome de atividades como o turismo ou de eventos correlacionados à regeneração urbana<sup>4</sup>. Para tanto, partimos de uma leitura dialética do espaço geográfico, ou seja: do espaço entendido para além da geometria do mundo, e do fato urbano compreendido além do ângulo da morfologia ou do sítio demarcado e funcional.

<sup>4</sup> A regeneração urbana é tratada por arquitetos e urbanistas como o conjunto de intervenções socioterritoriais em áreas de cidades marcadas pela degradação dos edifícios e do espaço público, pela precariedade de equipamentos básicos e por processos de exclusão socioterritorial. No entanto, na prática, os eventos que acompanham e dão corpo à própria regeneração (como a requalificação, a reabilitação e a renovação urbanas – em um termo, processos de refuncionalização urbana) favorecem, em muitos casos, a especulação imobiliária e a elevação do custo de vida em médias e pequenas cidades capturadas por esses processos, além de dar cadência e direcionar os eixos de desenvolvimento e intervenções territoriais nas metrópoles.

## **A PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL: ENTRE O UNIVERSAL, O PARTICULAR E O SINGULAR**

O primeiro e salutar ponto a ser destacado diz respeito ao conceito proposto *patrimonialização global*, que definimos como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado, sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária. Há uma verdadeira corrida mundial das governanças urbanas e dos Estados para a inserção dos bens culturais e naturais ou cidades antigas e modernas espalhadas pelo planeta, na rede internacional do turismo. São lugares que alcançam seu auge junto à estratégia do mercado ao serem contemplados com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO<sup>5</sup>, tomando posição no *frenésié* da "guerra dos lugares" com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial. Jeudy (2005) ao discutir o processo de busca pelo patrimônio, denominou-o *patrimonialização e estetização urbanas*, que também significa espetacularização das cidades e, por sua vez, está ligado às estratégias de *marketing* urbano que resguardam a relação território e política. Essa leitura perpassa a dialética do universal-particular, a qual pode ser desdobrada para um enfoque totalizante do próprio espaço que abarca, por ser a categoria geográfica mais abrangente, a paisagem, o lugar e o próprio território. Tanto o universal quanto o particular são tratados como cortes ontológicos do real, pois podem ser identificados a partir dessas três últimas categorias, no viés da reflexão sobre o mundo (e sobre a *patrimonialização global*).

Falar de uma *patrimonialização global* significa reconhecer que o estudo do urbano como fenômeno e da cidade como objeto deve interpretar o papel relevante e ativo das formas criadas no passado na elaboração do presente e do futuro. Para Milton Santos, em *Técnica, Espaço, Tempo*, a história da cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fato não pode escapar à análise da refuncionalização territorial urbana. Nesse sentido, o processo enunciado como *patrimonialização global* que rebate, indubitavelmente, sobre os lugares de memória e da natureza, deve ser considerado produto e produtor de uma era onde os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender a necessidades e a, sobretudo, desejos particulares muitas vezes forâneos.

A *patrimonialização global* é produto e representante da transformação da própria história dos lugares em história mundial, não de uma história mundial metafísica<sup>6</sup>, mas de ações materiais que rebatem sobre territórios que foram conquistados, dominados e revalorados ao longo do tempo, formando cidades classificadas pelas atividades destinadas ao exterior. Esses territórios – as cidades e seu entorno – são verificados empiricamente, inseridos em um novo contexto do capitalismo: o da economia urbana calcada na dinamização do capital financeiro e da prestação de serviços nas maiores e mais dinâmicas cidades do planeta postas em redes globais (de entretenimento, publicidade, produção midiática, artes, etc.)<sup>7</sup>, que agregam, nessa dinâmica, cidades singulares de diferentes escalas.

Podemos dizer, nessa abordagem, que as cidades e sua região ou as cidades-regiões globais<sup>8</sup>, para falar também das metrópoles, se transformam em decorrência de processos

<sup>5</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>6</sup> Essa questão é desenvolvida por Marx e Engels, em *Ideologia Alemã*.

<sup>7</sup> Ver Saskia Sassen (2002) e o debate das cidades na economia global.

<sup>8</sup> Soja et al (2008) reconhece que as grandes cidades, no seu movimento, regionalizam o espaço [unidade entre metropolização e regionalização], formando grandes redes regionais que são sinergicamente coordenadas por um nó, a chamada cidade-região-global. Para o autor, essas cidades são o *locus* dos serviços, do comércio e das finanças que dão corpo aos novos processos de regionalização.

globais que se fazem continuamente (agregando à leitura morfológica, classificatória e objetiva do território outras dimensões), se moldam às transformações do modo de produção e das relações inter e intraclasses. Assim, podemos concordar com Lefebvre (2001) ao dizer que o trabalho correto consiste em ir dos conhecimentos mais gerais (patrimonialização global) aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às descontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade (como a regeneração ou requalificação dos centros urbanos e sua relação com o planejamento setorializado); e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana, parte-se para o seu contexto global.

Tratamos da patrimonialização global como uma potência vertical de transformação dos lugares particulares, uma generalidade que recria singularidades e que é movida, dialeticamente, pelas últimas. No aspecto das horizontalidades, tal processo aparece como um elemento orgânico de uma fragmentação articulada do território e de resignificação da arquitetura<sup>9</sup>. Isso nos faz concordar com Lukács (1967, p. 111) ao afirmar que "lo específico del espacio arquitectónico es su realidad", pois a realidade imediata que a patrimonialização transforma é a do espaço arquitetônico tornado irreplicável, que integra o território de identidade<sup>10</sup> e que, por sua vez, representa uma parte do espaço geográfico como totalidade em movimento.

Entender o singular como singular exige o conhecimento mais nuancado das particularidades e universalidades que se referem a ele; o singular precisamente como singular conhece-se tanto mais segura e verdadeiramente quanto mais rica e profundamente se descobrem suas mediações com o universal e o particular, diz Lukács (1965). É nessa perspectiva de análise – da relação universal-particular-singular – que podemos entender a patrimonialização dos lugares para atender à economia urbana terceirizada, a qual setoriza nossas cidades no processo de intervenção, fragmentando o tecido urbano. O processo de urbanização contemporânea parece decorrer, veementemente, da diferenciação e especificidades dos lugares.

O movimento de patrimonialização global – enquanto universalidade da lógica patrimonial e processo de resignificação dos lugares – depende da produção de uma materialidade e de símbolos, ou seja, das condições concretas e representativas que nos cercam e que servem de base para a produção econômica, dos transportes e das comunicações; depende de novas unidades físicas e sociais. Ao parafrasear Milton Santos, em Por uma outra globalização, podemos dizer que a patrimonialização global vigora graças a uma nova situação, que tem uma base no dinheiro e outra fundada na informação – informação e dinheiro mundializados. A patrimonialização global concebe-se na implementação das lógicas horizontais de permuta, comércio, consumo, circulação e das atratividades locais. É no plano dos territórios, ora transformados e revalorados junto às paisagens, que rebate o processo global da patrimonialização. "Todo universal abarca los objetos singulares de un modo meramente

<sup>9</sup> De acordo com Santos (1993), as normas se estabelecem em diferentes níveis geográficos e políticos, mas levando em conta a competitividade numa escala global, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, têm a tendência de configurar o resto dos objetos e a totalidade do espaço, onde todos os espaços mostram a presença simultânea das horizontalidades (vetores locais e contíguos) e verticalidades (ações externas e individualizantes). Segundo Santos (2002, p. 284), "de um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparáveis."

<sup>10</sup> Mais que a paisagem (porém, esta não deve ser negligenciada nem por um só instante), o território em si remete-nos – na perspectiva geográfica da leitura dos territórios do patrimônio – a heranças econômico-culturais, à lógica histórica de conquista material pertinente ao desenvolvimento do capitalismo mundial, à visão de mundo (cultura adjacente) dos construtores de cidades. Mais que a paisagem, pois a contém, o território de identidade agrega situações, ações, fixos, processos, objetos geográficos, desejos, necessidades, angústias e temores.

aproximado. Todo singular pasa a lo universal solo imperfectamente; todo singular está en conexión, por miles transiciones, con outra espécie de singulares (cosas, fenómenos, procesos)" (LUKÁCS, 1965, p. 118).

Para Hall (2006), a globalização emerge como uma mudança que impacta a identidade cultural, um caráter de transformação na "modernidade tardia"; no mesmo sentido, a patrimonialização global hibridiza ou recria as identidades territoriais.<sup>11</sup> Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, já asseveravam, no século XIX, que a modernidade deveria ser concebida como um permanente revolucionar da produção, a transformação avassaladora das condições sociais, a incerteza dos movimentos econômicos e políticos. As sociedades modernas incorporam a característica das mudanças permanentes; é o que distingue sociedades tradicionais e atuais. As sociedades modernas alteram, formal e essencialmente, as sociedades tradicionais, ininterruptamente (HALL, 2006). A patrimonialização global faz-se um novo mecanismo socioeconômico e cultural de transformação dos territórios de identidade, de produção de lugares de memória, calcada nos aparatos do Estado (organismos nacionais e internacionais de preservação e conservação patrimonial) e pelo mercado (agências multilaterais do Governo Global, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências financeiras).<sup>12</sup>

Esse movimento de ressignificação mercantil dos lugares promove fragmentações e rupturas frente a múltiplos "deslocamentos". Nesse processo, paisagens e territórios são profundamente reconfigurados para se tornarem imediatamente aparentes aos olhos, virando referências cruzadas do estético e do político.

A patrimonialização global revela-nos que os territórios são ordenados para um novo modo de vida e que o universo cultural, próprio dos homens, revela-se na variabilidade das particularidades locais. As materialidades produzidas nos territórios (os objetos geográficos permeados pela ciência e pelas técnicas), junto a virtualidades, à publicidade e à propaganda consubstanciam a universalização dessas particularidades, fazendo-as singulares. Vários sistemas se superpõem (redes imbricadas) e múltiplos territórios e paisagens coexistem, dialeticamente. Essa lógica é a da hibridização material-simbólica, o que nos leva a questionar o critério de autenticidade atribuída, por exemplo, a cidades e atrativos do mercado turístico, a fim de projetá-los. O que seria autêntico na era da publicidade absoluta / publicidade zero<sup>13</sup>, ou da sociedade do espetáculo<sup>14</sup>?

Do particular ao universal, do virtual ao concreto, os lugares são concebidos como autênticos ante a patrimonialização; paradoxo que corresponde aos auspícios do capital. Esse processo contraditório faz-se na aceleração das comunicações e do crescimento exponencial da mobilidade física e virtual, que estabelece territórios tecnicizados (qual autenticidade perdura, no movimento veloz de transformações da sociedade do início do século XXI?).

Com isso, não podemos negligenciar a lógica de que a revolução das comunicações e dos transportes encurtou as distâncias e metamorfoseou o espaço. Mas isso está sendo pago com a degradação de áreas naturais e tradicionais que se busca "preservar", contraditoriamente.

<sup>11</sup> Cabe mencionar que a base material serve de referência para a construção de identidades, fazendo-a permeada de objetividade e subjetividade, como também considera Haesbaert (1999).

<sup>12</sup> Para uma maior elucidação do assunto, ver Cancini (1999), Paes (2012), Costa (2011) capítulo 4 e Sánchez (2003).

<sup>13</sup> Ver esse debate sobre a publicidade em Baudrillard (1990).

<sup>14</sup> Ver essa noção em Debord (2008).

## **A PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E O PATRIMÔNIO NO VIÉS DA DIALÉTICA ESPACIAL E DA TOTALIDADE-MUNDO**

Os patrimônios são preservados, busca-se sua manutenção, uma fixidez pretensamente originária, em uma era em que os lugares e os territórios são transformados velozmente, quando fronteiras nítidas e fixas dão lugar a novas repartições e conexões. Para Milton Santos, em Técnica, Espaço, Tempo, a aceleração contemporânea produz símbolos que baralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras – é a lógica encarnada, também, pela patrimonialização global, que leva à forja da autenticidade e da integridade do patrimônio na era do simulacro das cidades. Os lugares patrimonializados são no movimento de expansão do capitalismo e seletividade do capital, que criam singularidades no plano do globo.

O processo de patrimonialização ganha fôlego após as duas Grandes Guerras Mundiais, pelo desejo das nações de preservar os restos de um passado ou uma identidade materializada em seus territórios e ainda não devastada. O ato de consagração patrimonial global é orquestrado pelas potências estrangeiras, a partir das catástrofes mundiais (duas Grandes Guerras), que são o marco simbólico da nova ordem de transmissão cultural.

A resistência moral invocada contra os riscos do esquecimento coletivo das devastações provocadas pela guerra atômica parece ser, em escala planetária, uma função delegada aos japoneses pelos ocidentais. E foi a partir desse novo espaço que a concepção moderna dos patrimônios encontrou, sem jamais expressá-lo, sua atual legitimidade [...] De uma maneira implícita, a modernidade patrimonial, sob a pressão dos estrangeiros, faz-se significar *a priori* por intermédio de uma catástrofe constitutiva da transmissão. (JEUDY, 2005, p. 60)

Se na perspectiva da generalização tratamos da patrimonialização global como processo, no plano particular e singular vislumbramos a análise do ordenamento socioterritorial patrimonial como objeto (bem como a análise dos mecanismos de sua preservação, que está indissociável desse processo global). A teoria e a prática sobre os lugares de memória e da cultura devem estar, obrigatoriamente, comprometidas com o entendimento de uma dialética espacial, que nos remete ao espaço-tempo, ou seja, de um espaço que está para além de objetos sistematizados e concretos; consideramos o espaço como representante de um “campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 2004, p.153). A noção de dialética espacial perpassa os conceitos de forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1986, 2002, 2004a, 2008) na constituição do próprio espaço geográfico multidimensional. Porém, antes de elucidarmos a contento o entendimento do que pode ser tratado por dialética do espaço, há a necessidade de justificarmos a dialética como método de análise – para lançarmos luz sobre a patrimonialização global que reordena os lugares de memória e da natureza, mundialmente.

Para refletirmos sobre a patrimonialização na perspectiva da dialética, faz-se necessário entender que a matéria não é, como julgava a Física Clássica, uma realidade passiva e inerte que só se transforma sob a ação das forças que sobre ela atuam, ela é, essencialmente, dinamismo e movimento; o movimento é o modo de existência da matéria, a maneira de ser da matéria, que não existiria sem o mesmo, segundo Foulquié (1966).

Kosík (1976, p. 51-52) também é elucidativo ao dizer que a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento real significa um processo indivisível cujos momentos são: 1) a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; 2) em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; 3) por fim, o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico

que ele ocupa no seio do corpo social. Se não descobirmos, por baixo da aparente objetividade que mercantiliza os lugares, sua objetividade historicoeconômica, podemos confundir a pseudoconcretidade (aparência) com a concreticidade de tal fenômeno (essência), tornando-nos “prisioneiros da intuição fetichista, cujo produto é a má totalidade”, para referenciar Kosík (1976). Daí já apontarmos para a importância metodológica – a partir da dialética – de se considerar a patrimonialização global causa e efeito da mercantilização e da metamorfose dos usos no território.

Convém estudar a estrutura dos territórios, as necessidades e os desejos dos que o habitam e dos que chegam, no intuito de visualizar as contradições que os produzem.<sup>15</sup> A contradição entre “preservação” e mercantilização dos lugares ou dos objetos – que se valem da corrida de encontro da cultura com a mercadoria, dos centros e das periferias, do erudito e do popular, do sagrado e do profano, do transitório e do permanente, do efêmero e do duradouro, da vida e da morte nos/dos lugares – representa um processo que se operacionaliza simultânea e contraditoriamente.

Para Lefebvre (1975), não existe, dialeticamente, a “contradição” em geral; existem contradições, cada qual com seu conteúdo concreto, com seu movimento próprio, que deve ser penetrado em suas conexões, em suas diferenças e semelhanças. Como as leis dialéticas apontadas por Lefebvre (lei da interação universal, lei do movimento universal, lei da unidade dos contraditórios, transformação da quantidade em qualidade – lei dos saltos e lei do desenvolvimento em espiral – da superação) constituem, pura e simplesmente, uma análise do movimento, o mesmo implica em diversas determinações no território urbano: continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos e superação que se escancaram no próprio território patrimonializado.

Encarar o ordenamento socioterritorial como produto de um movimento universal dialético dirige a análise para a interpretação da relação entre tal ordenamento e os dinamos promovidos pela simbiose Estado-mercado. Aqui reside nosso esforço para a leitura dos lugares capitaneados pela patrimonialização global: inseridos em um contexto mais amplo, tais lugares passam a representar uma base material-simbólica interligada a uma estrutura de interações socioespaciais horizontais e verticais, nas quais relações sociais de produção são formadoras de tais lugares e contingentes aos mesmos, na perspectiva da reprodução do capital. A análise deve ser a do lugar patrimonializado enquanto totalidade e inserido na “totalidade-mundo”; esse é um princípio da busca do “real” que enreda tais lugares por serem expressão *sui generis* da manifestação socioespacial da globalização.

Abrimos um breve parêntese para esclarecer a noção geográfica de “totalidade-mundo” a partir de Santos (2002). O autor deixa claro que, graças aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, a noção de totalidade permite um tratamento objetivo. “Pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com a “universalidade empírica” (SANTOS, 2002, p. 115). Nesse sentido, o caminho seria partir da totalidade empírica – apresentada com a globalização – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares (SANTOS, 2002). Entendemos, então, a necessidade de revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob essa perspectiva, o papel dos “eventos”<sup>16</sup> na divisão do trabalho como uma mediação indispensável da análise. Ou seja, os estudos dos lugares patrimonializados devem ser estruturados a

<sup>15</sup> As contradições devem ser pensadas na concepção da contradição entre forças produtivas e relações de produção (HARVEY, 2004).

<sup>16</sup> Consideramos o conceito de “evento” proposto por Milton Santos. Para o autor, em A Natureza do Espaço, um *evento* é, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço; um evento não se repete, são, pois, todos novos. Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. “Os eventos são idéias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade”.

partir dos mais notórios “eventos” que são o fio condutor do histórico processo de patrimonialização. Para tanto, deve ser feita uma periodização dos distintos e consecutivos momentos de ressignificação territorial e paisagística do referido lugar.<sup>17</sup>

A busca da totalidade, na dinâmica territorial, pressupõe a análise dos lugares patrimonializados em sua amplitude, pois o real é o processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento; “pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (SANTOS, 2002, p. 118). A economia urbana – fundada na ideologia capitalista – não está apartada do processo histórico que é um meio de segmentação das coisas específicas, de forma que o comércio, em suas diferentes formas, os serviços ou o terciário avançado, que engendram as novas cidades-empresas, estão diretamente vinculados à lógica em que cada nova totalização cria novos sujeitos e dá às coisas antigas uma nova função, um novo conteúdo, em prol da produção dos lugares.

Logo, há de se considerar a abordagem dialética por se tornar o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade (KOSÍK, 1976, p. 15). Por isso, é o oposto da sistematização imposta ou da banalização das representações comuns, como se tem em lugares patrimonializados envolvidos pela lógica da mercadoria - fetichizados. Como não nos contentamos com os esquemas abstratos da realidade e suas simples representações, buscamos “destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSÍK, 1976, p. 16), por meio de uma análise do movimento histórico que ordena o território total destes lugares.

Nossa tese é a de que os lugares patrimonializados se universalizam e se decompõem, pois os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-os globalmente) são os mesmos que os dividem, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território e um imaginário coletivo distorcido sobre os sentidos destes mesmos lugares, quando as ações público-privadas convergem para áreas eleitas para a intervenção.

Em suma, a partir da dialética – como método de análise crítica – e da dialética espacial – enquanto noção da teoria geográfica adotada – podemos tratar o movimento que transita da dominação e valorização do território à sua representação, que se encerra e se inicia, simultaneamente, com a universalização dos lugares patrimonializados.<sup>18</sup>

A dialética como método possibilita a análise do movimento da universalização à particularização do espaço, ou seja, o trânsito da categoria espaço geográfico aos conceitos de território, de paisagem e de lugar – princípio lógico de uma dialética espacial que vai muito além dos elementos morfológicos do espaço. Nesse trânsito entre o universal e o particular, do abstrato ao concreto, podemos conduzir a análise geográfica dos territórios da patrimonialização global (tendência universal) no contexto de cada particularidade que só

<sup>17</sup> “A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes [...] Eis porque se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes (...) A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, em seu movimento”. (SANTOS, 2002, p. 115-116)

<sup>18</sup> “Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado definir a si mesmo, de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais”. (KOSÍK, 1976, p. 40)

pode ser entendida nos trâmites da vida coletiva e cotidiana. Nesse escopo, a preservação patrimonial exige o enfrentamento da crise sistêmica e contraditória da urbanização e das injustiças que a envolve.

## **A DIALÉTICA DA CONSTRUÇÃO DESTRUTIVA NO VIÉS DO PATRIMÔNIO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA ARQUITETURA**

A *dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial* – discutida em trabalho anterior (COSTA, 2010) – diz respeito à contradição imperante entre a “preservação” e a mercantilização, a busca da democratização e da “elitização” do patrimônio cultural, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente. A partir desta noção, podemos afirmar que o conflito entre “preservação” e mercantilização – princípio interno do ordenamento territorial dos lugares patrimonializados – só se mantém com a permanente vitória da mercantilização, mas sem a banalização total da “preservação” ou dos objetos, pois depende destes para se efetivar. Esse processo contraditório catalisa-se na corrida de encontro da cultura com a mercadoria; é um processo de construção-desconstrução que se operacionaliza simultaneamente – circunscrito por um movimento ininterrupto só entendido na relação entre a particularidade e universalidade das destinações turísticas – na consagração dos bens culturais e naturais do mundo.

A dialética da construção destrutiva reproduz-se nos lugares face à patrimonialização, por vezes fragmentando-os em nome da construção de uma economia urbana da imagem, dos símbolos e da ressignificação da arquitetura e da arte. Esse processo é promotor da construção de paisagens “irreplacáveis”, na perspectiva do avanço técnico e de implantação de “equipamentos de engenharia” sobre o território, ordenando-o para o favorecimento da acumulação do capital em determinados pontos, apenas para, posteriormente, ser destruído e reconfigurado um novo território, dentro de um processo histórico contínuo abordado por Harvey (2005). As intervenções urbanas (para o desenvolvimento turístico ou a ampliação territorial do capital financeiro atrelado ao terciário superior) como a renovação ou a requalificação são signos latentes dessa nova lógica.

Entender a *dialética da construção destrutiva* nos lugares patrimonializados exige o esforço de compreensão da afirmação e da negação de proposições, da contradição que envolve os lugares tomados pelo denominado “culturalismo de mercado” (ARANTES, 2005), ou seja, da imbricação entre cultura e mercadoria. Há de se desvendar a lógica que envolve a venda do inalienável – as cidades [recipientes de funções e objetos humanos, diz Mumford (1991)] e a natureza [conjugada dialeticamente com a sociedade] –, descompromissada e particularmente, o que deveria ser preservado, valorizado e identificado de forma coletiva. Para tanto há de se percorrer duas análises conjugadas e complementares: 1) Obter um maior conhecimento da particularidade que é o objeto estudado – áreas de intervenção –, através do reconhecimento da lógica de seu açambarcamento pelo todo (pontuar quais são os mecanismos do processo de universalização do lugar); 2) Obter um maior conhecimento da universalidade que representa o fenômeno – mercantilização do lugar – a partir da melhor compreensão da particularidade impactada, transformada e ressignificada (buscar marcas material-simbólicas oriundas da intercessão entre verticalidades e horizontalidades – conceitos descritos em tópico anterior).

Compreende-se a dialética da construção destrutiva (que consagra o patrimônio do mundo como objeto de mercantilização e ressignificação contemporânea dos lugares globalizados) a partir de um diagnóstico da configuração de territórios envolvidos pelo espaço enquanto totalidade em movimento. A partir da síntese dos elementos contraditórios que ordenam o território – valorização e precarização, preservação e mercantilização, uso e

troca, “localitarismo” e “globalitarismo”<sup>19</sup> –, temos algo novo: a fragmentação oriunda de uma valorização que objetiva a venda particular dos espaços de vida comunal. Estabelece-se um dinamismo e um movimento ininterruptos que elaboram um cenário de objetos e ações; fazem-se movimentos distintos e distantes, verticais e horizontais, que produzem paisagens distintas de um só espaço.<sup>20</sup> O cuidado do pesquisador deve ser o de interpretar cada caso particularmente, pois apesar dessa lógica ser universal, ela atua de forma diferenciada devido às características e às necessidades impostas por cada lugar (personificação por sua governança).

Nesse sentido, desponta uma instrumentalidade contraditória das estratégias locais da reprodução do capital e de controle social que pode ser vislumbrada nas operações que visam à renovação, à requalificação e à refuncionalização de setores de cidades, operações ditas alternativas para lidar com os problemas físicos e socioeconômicos que se reproduzem em áreas patrimonializadas. Ante o pressuposto de que a ação do capital [financeiro e de monopólio] sobre as cidades segue lógicas privadas apoiadas pelo Estado, ressignifica lugares e paisagens enquanto promove a fragmentação articulada do território, urge indagar limites e possibilidades das intervenções urbanas gestadas como estratégias à devolução ou à proposição de qualidades ao ambiente físico, social e simbólico das cidades.

Na gestão de cidades, áreas eleitas pelo capital recebem tratamento específico e investimentos de porte, tanto pelas características das ações quanto pela ideologia que a precede. Logo, potencializa-se o papel da teoria crítica no discurso e na prática da gestão urbana como uma reação à dispersão e à fragmentação, uma forma reativa à privatização das possibilidades de usos e de apropriações que dominam as cidades, quando políticas de intervenção as setorizam através do critério da maior renda e lucratividade dirigidas. Devemos indagar o movimento de atores socioeconômicos e a valorização da terra urbana – por questões estético-funcionais – catalizado pelas operações urbanísticas que favorecem o avançamento do setor imobiliário e de seus segmentos mais proeminentes. Os estudos devem apontar a relação causal entre os processos de intervenção em setores de cidades e os produtos dessas operações, em uma perspectiva crítica que considere as nuances contraditórias do período mais avançado da globalização, cujos instrumentos permitem tanto a ressignificação material-simbólica dos lugares quanto o desvendamento das possibilidades e utopias das intervenções urbanas setorizadas.

Temos, pois, no movimento global do processo de patrimonialização, a revalorização paisagística dos lugares. Translada-se a tradição, a história, a memória e a cultura para o presente, valoriza-se o passado na lógica do transitório, do imediato, do encantamento com o que é passageiro, leve e fluído. No contexto de uma construção destrutiva, temos a valorização cultural do dinheiro pela desvalorização moral e ética dos lugares da vida humana e da sobrevivência natural biológica.

Logo, a abordagem sobre o ordenamento do território em lugares patrimonializados, na perspectiva dialética, deve transitar da dominação e valorização do território à sua representação, ciclo que se encerra e se inicia com a universalização de localidades singulares. O turismo não se constitui na única ou na principal atividade que movimentava esses lugares, a atenção deve ser direcionada para os mecanismos que engendram a economia urbana calcada no novo terciário – que emerge do capitalismo das possibilidades técnico-informacionais, dinamizando, sobretudo, os setores: imobiliário, construtivo, hospedagens,

<sup>19</sup> Para usar uma noção proposta por Milton Santos, em Por uma outra globalização: “capitalismo globalitário” a partir do “globalitarismo”.

<sup>20</sup> É no ponto de intercessão das verticalidades e horizontalidades que analisamos os lugares patrimonializados, pois, segundo Santos (2002, p. 284), as horizontalidades são a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada; as verticalidades dão conta de outros momentos da produção, como circulação, distribuição e consumo, sendo o veículo de uma cooperação econômica, política e geográfica mais ampla.

transportes, informação-comunicação. Esses elementos catalizam a ressignificação simbólica (e material) da arquitetura, por ocasião de sua difusão generalizada.

Não podemos negligenciar que há um intercâmbio entre a histórica reprodução material e o simbolismo cultural que envolve as cidades, "entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades" (SÁNCHEZ, 2003, p. 117). Na dialética entre o real (essência / concreto) e a representação do real (materialidade / pseudoconcreto), deve ser pensada a forma urbana e sua simbologia em um contexto geográfico amplo, para se entender seu viés formal-representativo particular. A análise descritiva das formas urbanas não dá conta da realidade que as encerram; o mundo sensível, suporte material das relações e práticas sociais é, sim, portador de novas representações do real, porém, não o desvela ou o esboça diante da complexidade da relação entre desenho físico e arquitetura social de uma cidade, sua região e o mundo.

Os lugares patrimonializados enquanto símbolos de formação territorial e urbana e representantes de um urbanismo característico de uma conformação arquitetônica do espaço, ao entrarem no turbilhão da cultura da economia, do "culturalismo de mercado", tendem a perder sua aura (BENJAMIM, 1986 E 1989; GONÇALVES, 2007), seu espírito (ADORNO, 1970). A transformação dessa essência indica a necessidade da problematização dos critérios de autenticidade, originalidade e irreplicabilidade almejadas e/ou produzidas pelos agentes hegemônicos do mercado turístico, do terciário ou terciário avançado, no território. Lembremos Paes (1998), ao dizer que vivemos na sociedade da reprodução, da valorização dos espetáculos e sabores que há muito perderam a autenticidade, de forma que, no período atual, a capacidade técnica da reprodutibilidade é tão ou mais importante que a própria autenticidade perdida. Temos uma lógica de estetização e "banalização pela cenarização progressiva" (COSTA; CASTRO, 2008) que pode ser entendida no movimento processual da dialética da construção destrutiva que consagra os bens culturais e naturais do mundo. Nos lugares emergentes do turismo e das finanças, a tendência é a da estética que se sobrepõe à ética; cada caso guarda suas peculiaridades e possibilidades e até resistências ante a patrimonialização; as diferenças devem ser identificadas pelo pesquisador caso a caso.

Na busca de uma concepção filosófica da conformação arquitetônica do espaço, Lukács (1967) afirma que é imprescindível conseguir uma compreensão, por mais geral que seja, de sua gênese (o autor trata do espaço geométrico): entender que a realidade e a vivência de um espaço arquitetônico (estético) não se faz de uma hora para outra, que sua existência, sua eficácia – até sua necessidade – não estão dadas de nenhuma forma com a natureza fisiológica e antropológica do homem. Isso quer dizer que o estético, a materialidade objetivada do mundo, nasce no próprio curso da evolução da humanidade, não é uma relação com o mundo nascida simultaneamente com o ser-homem. Só dentro do processo histórico, no movimento ininterrupto da humanidade sobre a Terra, podemos entender a economia, a constituição física, relacional e político-ideológica que se corporifica nos lugares e em suas mais variadas construções.<sup>21</sup>

A estética arquitetural, a conformação do patrimônio nas cidades, o próprio turismo – potência de estetização e *banalização pela cenarização progressiva* do mundo objetivo –, devem ser entendidos no modo como se produz ou nasce a conformação de um espaço referido ao homem, antropomorfizado, objetivamente existente e concebido enquanto necessidade social e satisfação particular. Deve-se entender, conforme prescreve Lukács (1967), a estética urbano-arquitetônica nascente de uma missão social e dentro de uma realização

<sup>21</sup> "Es obvio que todos los momentos extra-estéticos de la arquitectura – tanto la necesidad de un espacio que ofrezca protección contra las fuerzas de la naturaleza y contra todo enemigo en general, cuanto el conocimiento acerca de la estructura adecuada de un espacio encontrado o construido para esos fines, así como sobre los medios de su elección o producción – han tenido que existir y obrar durante muchísimo tiempo antes de que pudiera aparecer la premonición siquiera de un espacio arquitectónico, estético". (LUKÁCS, 1967, p. 89)

formal e de conteúdo social – as variadas atividades da economia urbana acompanham uma objetivação locacional e reverbera no patrimônio que deveria ser signo, antes de qualquer coisa, da vida digna nas cidades.

O processo mercantil implantado nos lugares patrimonializados cria para o indivíduo do local um “mundo” circundante à sua realidade. O indivíduo penetra nesse dito “mundo” e sua relação adequada com ele se dá pela representatividade que assume a cada momento. A leitura de Lukács (1967) propicia-nos afirmar que isso se expressa, ante todas as determinações do espaço, na relação simultânea de suas dimensões inseparáveis, como o tempo, o movimento e a matéria: assim se constitui o patrimônio e a arquitetura urbana enquanto arte, uso e “abuso” para algumas classes.

A positividade estética, o visível nas formas arquiteturais urbanas é capaz de levantar o momento não-visível do espaço. Se se destaca uma evocação visual a ser consumida e recriada, há de se entender também a consciência que a consome e a recria, que ordena o território.

A essência social não só está indissolivelmente ligada à existência da arquitetura (das cidades e seus símbolos como herança) senão, além disso, chega até sua aparência estética e nasce delas (LUKÁCS, 1967). A essência da sociedade é, pois, produto de crises políticas, religiosas, econômicas; é o ideal de tempos que se materializam nas cidades. Todo espaço arquitetônico pode conduzir-nos a um conteúdo emocional e simbólico social. É na relação forma-conteúdo que temos a possibilidade de leitura da peculiaridade mais intensa da historicidade espacial, de seu movimento processual. A mutação da sensibilidade ante a arquitetura, a arte e a natureza corresponde, em essência, ao vir-a-ser contínuo das técnicas e da informação, o que diz respeito, em suma, a transformações histórico-sociais em diálogo com o espaço produzido.

Pensemos, também, na importância de se interpretar o patrimônio (histórico) lançando luz sobre o mundo novo, ao invés de utilizar os princípios da história para uma autêntica crítica do novo. Tratar da universalização, da patrimonialização ou da mercantilização dos lugares significa abordar a abstração do mundo concreto, entendendo que o enfoque na unidade-universalidade não pode negligenciar a diversidade-particularidade do presente, pois aí está a essência da patrimonialização.

Lukács (1965) afirma que toda análise do capitalismo trata-se de uma questão de detalhe ou do problema básico que envolve um sistema que se cria na dialética do universal e do particular. A historicidade de toda formação econômica está baseada, pois, na dialética universal-particular; não seria diferente com as novas atividades produzidas na modernidade, no contexto de formulação de uma economia urbana que transforma a estrutura física, os valores, a dinâmica, as práticas sociais, os usos e os prestígios sociais nas cidades.

Portanto, é-nos exigido um sério esforço de abstração, de teorização, sobre a patrimonialização global. Lukács (1965) diz, baseado em Marx, que as abstrações mais gerais surgem de uma rica evolução concreta, quando uma coisa parece comum a muitas, a todas, o que nos faz deixar de pensá-la particularmente. O universal pode absorver (e até transformar) as particularidades; pode também aparecer em interação com particularidades novas, de forma que tal particular desenvolva-se até se tornar uma generalidade, e vice-versa. É nesse sentido que se recriam os lugares para novas atividades que ressignificam os territórios e as paisagens com as finanças: contexto emergente da patrimonialização global.

Nesse espectro, trouxemos elementos para se interrogar a certeza da preservação e do planejamento nos lugares patrimonializados, questionar a legitimidade e a racionalidade da realidade fetichizada de todos os dias em tais locais, que agregam fluxos cambiantes diversos e ações em prol do chamado patrimônio. Ante o pressuposto de que a crise das cidades é acompanhada da crise das instituições, da jurisdição e da administração urbanas, faz-se mister indagar a lógica das políticas que promovem esses mesmos lugares e suas regiões. Como lembra Lefebvre (2001), no controle do Estado e se institucionalizando no

contexto global, o urbano tende a desaparecer como instituição específica, por isso precisamos problematizar a operacionalização territorial de tais políticas que prometem, paradoxalmente, o desenvolvimento social integrado face à crise crônica de nossas cidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões do espaço podem ser capturadas na análise do ordenamento territorial focada na tríade universal-particular-singular e construída pelo poder da economia, da política e da cultura. Por isso, a abordagem da espacialidade da economia força-nos a discorrer sobre a valorização do território; a espacialidade da política, que remonta ao delineamento do poder, dirige a análise para a questão da dominação do território; já a espacialidade da cultura, que estabelece lugares da consciência, exige o enfoque sobre a representação do território. Queremos dizer que a particularização exige um método de análise na perspectiva de busca das distintas e indissociáveis dimensões do espaço total em movimento – enfoque teórico-metodológico que permite analisar os lugares patrimonializados como obras artísticas de uma época ou da natureza e como produtos do mercado mundial de cidades ou, ainda, como lugares de memória, territórios de identidade ou da natureza fetichizada e não idílica.

Há a necessidade de entendermos nas pesquisas a ênfase política que articula valorização e representação; viés que auxilia na compreensão do movimento de patrimonialização dos lugares. Há de se considerar as três análises conjuntamente, pois representam simultaneidade e não sucessão – um lugar não é patrimonializado para assumir uma representação, mas é representado – de maneira multifacetada – no percurso histórico da patrimonialização. Na proposição de busca da dialética espacial não reduzimos a cultura, a política, a representação e nem mesmo a ideologia, muito menos o ordenamento do território, a reflexos puros da economia ou a um único instante da história. O território é aqui entendido para além do economicismo que o engendra; é problematizado na dialética de outros elementos da existência material do mundo que é espetacularizado no próprio cotidiano. Mundo que é visto, a partir do método dialético, como um complexo de processos e não como um conjunto de coisas finalizadas, aparentemente estáveis e imutáveis; é um mundo que está em permanente *devir*.

Desse reconhecimento advêm as possibilidades contraditórias de uma patrimonialização global que solapa, variavelmente, tanto os lugares de memória quanto os da natureza fetichizada, por ser um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária. A leitura dos lugares patrimonializados, por fim, deve percorrer a referência cruzada do estético e do político, pois as identidades se tornam cada vez menos posicionais, mais diversas, menos fixas e, aparentemente, menos unificadas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1970. 271p.
- ARANTES, Otilia B. A virada cultural do sistema das artes. In: JINKINGS, I; NETO, A. (Org.). **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 72-96.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Antropos, 1991. 245p.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 232p.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986. 311p.
- CANCLINI, Nestor G. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnação (Org.). **Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 1999. p. 72-89.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: EdUNESP, 2006. 348p.
- COSTA, Everaldo. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2010. 276p.
- COSTA, Everaldo. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- COSTA, Everaldo. B; CASTRO, Bernadete. O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. **Revista Geografias (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 4, p. 33-56, 2008.
- COSTA, Everaldo. B; SCARLATO, F. C. As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil. **Revista Olam Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 9, n. 1, p. 62-102, 2009.
- DEBORD, Guy. **La sociedad del espectáculo**. Valencia: Pre-Texto, 2008. 197p.
- FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Trad. Luís Caeiro. 1ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996. 127p.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 68-95.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 98-114.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 124p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382p.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 256p.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 324p.

- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. São Paulo: **Revista GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1997. 112p.
- LUKÁCS, Georg. **Estética: La peculiaridad de lo estético**. Barcelona, México: Ediciones Grijalbo, 1967. 335p.
- LUKÁCS, Georg. **Prolegomenos a una Estética Marxista**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1965. 387p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Feuerbach – A Contraposição Entre as Cosmovisões Materialista e Idealista**. Trad. Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2007. 164p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003. 133p.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo. n. 10, p. 07-28, 1993.
- PAES, Maria T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.
- PAES (LUCHIARI), Maria T. D. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. (Org). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: Editora da Uece, 1998.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, Milton. **Espacio y Método**. Barcelona: GeoCrítica (Universidad de Barcelona), 1986. 112p.
- SANTOS, Milton. Los espacios de la globalización. **Anales de geografía de la Universidad Complutense**. Madrid, 1993. p. 09-32.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, 2004a.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SASSEM, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- SOJA, Edward W. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debate**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, NERU-USP, n. 41, p. 11-26, 2002.

Recebido em fevereiro de 2013

Aceito em novembro de 2013